

EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

Editor: Juris Lavrikovs

Para nos contactar: euroletter@ilga-europe.org

Para receber a *Euro-Letter* [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para euroletter-subscribe@yahoogroups.com

Números anteriores: Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*, www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter.

A ILGA-Europa agradece:

- à **Frente de Libertação Lésbica e Gay** as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: www.lglf.de;
- **Miguel Freitas** – pelas traduções para português
- **Pantelis Ravdas** – pelas traduções para o grego

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

Nesta edição:

ILGA-Europa:

- Conferência da ILGA-Europa, 26 a 29 de Outubro, em Sofia
- ILGA-Europa participa na Conferência Internacional de Montreal sobre Direitos Humanos de LGBT
- ILGA-Europa recebe prémio atribuído pela CSD, de Berlim
- ILGA-Europa precisa de tradutores voluntários

Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- Islândia: Nova legislação sobre coabitação estável confere todos os direitos do casamento
- Reino Unido: Casal de pessoas do mesmo sexo perde processo judicial para ver reconhecido o casamento homossexual
- Noruega: Banco de esperma de Oslo rejeita gays

Transsexualidade:

- Áustria segue a jurisprudência do Tribunal Europeu em processo envolvendo um transsexual
- Lituânia: Transsexuais defendem os seus direitos

Liberdade de reunião:

- Proibição de Marchas do Orgulho e violência em Riga e Bursa
- Marcha do Orgulho de Tallin autorizada e atacada por *skinheads*
- Conferência da EPOA realiza-se em Madrid, em Outubro de 2006

Crimes fundados no ódio:

- Reino Unido: Muitos crimes fundados no ódio «não são denunciados»

Breves:

- Apareça num video sobre a última Conferência Mundial da ILGA
- Convite à apresentação de comunicações – 3.ª Conferência global: Sexo e Sexualidade – Explorar as Questões Fundamentais

ILGA-EUROPA:

Inscrição para a Conferência da ILGA-Europa, 26 a 29 de Outubro, em Sofia

Pela ILGA-Europe

As inscrições para a nossa conferência tiveram início em Julho passado, já sendo possível inscrever-se online: www.ilga-europe.org/conference.

Pode ainda aceder aos documentos incluídos no segundo *mailing*, enviado no dia 16 de Agosto, no site dedicado à conferência: www.ilga-europe.org/conference.

Primeiros *Outgames* Mundiais e Conferência Internacional sobre Direitos Humanos de LGBT: Montreal, Julho de 2006

Por Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa

A primeira imagem de Montreal foi o aeroporto... onde cartazes afixados na área de recepção da bagagem sugeriam que abandonássemos a nossa bagagem! Ocorreu-me que este evento estava a ter um grande impacto sobre os habitantes da cidade. E não pude deixar de imaginar ainda a que nível de organização tinha chegado o evento para conseguir isto.

Portanto... um excelente início.

Cheguei ao hotel e todo o pessoal usava emblemas nos quais se davam as boas-vindas às pessoas que iriam participar nos *Outgames* e na Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos de LGBT. E só cerca de 30 de nós iriam ficar neste hotel...

A Conferência foi enorme! No total, 1 500 pessoas estavam inscritas para a Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos de LGBT, para a Conferência *Workers Out* e para a Conferência *Out for Business*.

Ao longo dos dias seguintes realizou-se um número impressionante de sessões de trabalho, as sessões plenárias foram inspiradoras, cheias de informações e uma boa maneira de entender a forma como os norte-americanos «fazem» conferências. Foi um pouco desconcertante para nós, europeus, ver tantos aplausos espontâneos e ovações de pé durante os discursos proferidos nas sessões plenárias! O que era dito era muito forte, politicamente necessário para alcançar a igualdade plena para todas as pessoas LGBT de todo o mundo, corajoso e desafiador.

Eu passei o tempo a mudar entre as três conferências e verifiquei que existia uma relação muito positiva entre os respectivos participantes. Esta mistura gerou benefícios adicionais em matéria de criação de relações entre os grupos habituais, de partilha de informações, de oportunidades de cooperação, e permitiu-me concluir que, como é evidente, estamos todos juntos no contexto geral!

Alguns dos oradores principais continuarão a ser citados, utilizados e recordados pela forma positiva e importante como caracterizaram inequivocamente os direitos de LGBT como direitos humanos, como exaltaram o papel dos defensores dos direitos humanos de LGBT, como sublinharam a necessidade do reconhecimento público dos sítios em que estes direitos estão a ser negados e de reconhecer a diversidade no seio das nossas comunidades. No *website* da ILGA-Europa podem ser encontrados os discursos de Louise Arbour – a Alta-Comissária das ONU para os Direitos do Homem –, de Anastasia Crickley, da OSCE, e de Vladimir Spidla, da Comissão Europeia.

Sessões de trabalho dedicadas à Europa, à Ásia, a África, à América Latina e ao Sul concentraram-se na análise detalhada da realidade concreta de todas as diferentes regiões do mundo. As sessões de trabalho proporcionaram-nos algum tempo para apresentarmos informação mais detalhada sobre as acções, os projectos e as oportunidades nos mundos do trabalho, da educação, da construção de alianças, da saúde e tantos outros que eu não sabia sequer que estavam a ser discutidos, dada a quantidade de coisas que aconteciam. Um modelo muito interessante, consistente em reunir pessoas de diferentes partes do mundo para discutirem a mesma questão, foi muito útil nas sessões de trabalho já que tornou possível obter uma visão mais global e não apenas a de uma única região.

O barulho de 1 500 pessoas reunidas à hora de almoço foi excitante e estimulante. Claro que houve alturas em que as sessões de trabalho, reuniões com outras pessoas e eventos nocturnos em que participar eram demasiados e foi preciso fazer escolhas difíceis. Mas esse é o reverso de um evento desta magnitude.

A Declaração de Montreal foi aprovada pela Conferência no último dia, e será usada como um marco para as futuras conferências, para definir a arena em que os direitos humanos de LGBT estão a ser discutidos e para proporcionar uma ferramenta muito útil aos activistas, responsáveis de grupos de pressão e organizações em todo o mundo de forma a que se sintam ligados ao trabalho que se desenvolve por todo o lado para assegurar os direitos humanos das pessoas LGBT.

Já existe uma forte equipa a organizar-se para Copenhaga 2009 – onde o que resultou em Montreal será desenvolvido!

Mais informações sobre a Conferência de Montreal, incluindo a Declaração de Montreal e alguns dos discursos proferidos, poderão ser encontradas no nosso *website*:

www.ilga-europe.org/europe/news/international_conference_on_lgbt_rights_montreal.

ILGA-Europa recebe prémio atribuído pela CSD, de Berlim

Por Kurt Krickler, 16 de Agosto de 2006

No dia 22 de Julho de 2006, a ILGA-Europa recebeu um dos setes prémios «Zivilcourage» atribuídos pela associação CSD, de Berlim – organizadora da Marcha do Orgulho LGBT anual – a pessoas e organizações «consideradas exemplos de determinação e coragem, e se tenham empenhado na defesa dos interesses das minorias, tudo no espírito da criação de uma sociedade europeia livre da discriminação. Os prémios foram entregues durante a cerimónia de encerramento da marcha do Orgulho, num palco colocado sob a «Siegessäule», em frente da Porta de Brandenburgo. Várias centenas de milhar de pessoas reuniram-se na Avenida 17 de Junho, entre estes dois emblemáticos locais de Berlim, para se divertirem e comemorarem após a Marcha.

A ILGA-Europa recebeu o prémio pelo seu trabalho de *lobbying* ao nível europeu, juntamente com Kurt Krickler, co-fundador da *Homosexuelle Initiative* (HOSI) Viena, em 1979, que também tem sido um membro activo da ILGA desde 1981. Os outros laureados com os prémios de 2006 foram o Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, a *Lesbenberatung e.V. Berlin*, o centro de aconselhamento lésbico da cidade há 25 anos, e Volker Beck (Partido Ecologista) e Margot von Renesse (Partido Social-Democrata), cujo contributo e empenho foram importantíssimos na adopção da legislação sobre uniões registadas na Alemanha, em 2000, e Tomasz Bączkowski, presidente da *Fundacja Równości*, a Fundação para a Igualdade da Polónia, responsável pela organização, em circunstâncias muito adversas, da Marcha do Orgulho anual em Varsóvia.

ILGA-Europa precisa de tradutores voluntários

Por Juris Lavrikovs

A ILGA-Europa está à procura de voluntários que ajudem a traduzir o seu prospecto informativo em todas as línguas europeias. Este pequeno prospecto fornece uma visão geral sobre o que é a nossa organização, porque é que ela existe e é necessária, e apresenta os nossos objectivos, missão, tipos de associados e as formas como as pessoas podem envolver-se no nosso trabalho e apoiar-nos.

Este prospecto visa divulgar a existência da ILGA-Europa e o seu trabalho em todos os países europeus e junto dos mais variados grupos, e em especial entre aqueles que não conhecem de todo, ou conhecem mal, o nosso trabalho.

Se quiser e puder ajudar-nos, poderá encontrar o texto do prospecto, em inglês, bem como as traduções já existentes, no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/publications/non_periodical/general_leaflet_about_ilga_europe_june_2006.

Como calculam, não temos possibilidades de verificar a correcção grammatical dos textos em todas as línguas europeias, nem de comparar as diferentes traduções numa determinada língua. Sendo assim, utilizaremos as primeiras traduções que recebermos, agradecendo desde já todos os vossos esforços para nos fornecerem as traduções mais adequadas e correctas possíveis.

FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

Islândia: Nova legislação sobre coabitação estável confere todos os direitos do casamento

Por Hrafnhildur Gunnarsdottir, 12 de Junho de 2006

No dia 2 de Junho o parlamento islandês – o antiquíssimo *Althing* – aprovou vários diplomas com o propósito de melhorar o estatuto jurídico de gays e lésbicas na Islândia. De entre as alterações destaca-se a efectuada à Lei sobre Coabitação Estável de 1996, que passa a conferir, em condições de igualdade, o direito a adoptar e a recorrer à inseminação artificial. À coabitação estável passam a partir de agora, na prática, a estar associados todos os direitos decorrentes do casamento. Os companheiros do mesmo sexo passam também a ter o direito a registar as suas uniões junto das autoridades sem necessidade de qualquer confirmação ou celebração de um casamento – um direito que os casais de pessoas de sexo diferente já gozavam há muitos anos. Embora bastante avançada em matéria de direitos de gays e lésbicas, a Islândia tinha-se deixado ficar para trás nos últimos anos neste domínio. O país voltou a ocupar um lugar junto dos países pioneiros nesta área, garantindo os direitos decorrentes do casamento e da família a gays e lésbicas. Os novos diplomas entrarão em vigor no dia da Rua de S. Cristóvão, dia 27 de Junho, e estão a preparar-se celebrações em Reiquiavique.

Samtokin'78, a Organização Nacional de Lésbicas e Gays na Islândia, foi fundada em 1978, numa altura em que o preconceito e a discriminação obrigavam muitos gays e lésbicas a emigrar para o estrangeiro. O sucesso da nova organização foi pouco menos do que notável. Em apenas alguns anos, conseguiu estabelecer um diálogo abrangente, os *media* passaram a apoiar os direitos dos homossexuais e a luta contra o preconceito tornou-se uma questão de família entre os islandeses, já que os laços familiares são ainda muito fortes entre os 300 000 habitantes da ilha. A primeira vitória relevante no domínio jurídico aconteceu em 1996, com a aprovação da Lei sobre Coabitação Estável, mas mesmo assim os gays e lésbicas ainda se encontravam proibidos de adoptar ou de recorrer à inseminação artificial nos hospitais públicos gratuitos da Islândia.

Adopção e inseminação artificial

Alterações introduzidas em 2000 vieram permitir a adopção dos filhos de um dos companheiros em coabitação estável pelo outro companheiro, uma medida destinada a reforçar os direitos dessas crianças. Estas restrições foram agora eliminadas, pelo que os casais de pessoas do mesmo sexo que vivam em coabitação estável têm agora total igualdade de direitos em matéria de adopção. Para além disso, os casais de lésbicas que vivam em coabitação estável têm direito a recorrer à inseminação artificial no âmbito do sistema nacional de saúde. Ainda de acordo com a nova lei, os casais que não queiram registar a sua relação podem, contudo, dar dela conhecimento às autoridades, tal como os casais de pessoas de sexo diferente já podiam fazer há anos – um passo importante na Islândia, porquando permite tirar partido das normas sobre tributação conjunta do rendimento. No que respeita ao direito da família, todas as discriminações contra gays e lésbicas na Islândia desapareceram.

Luta com a Igreja da Islândia

Na Islândia, tanto as autoridades civis como os sacerdotes das Igrejas e grupos religiosos têm autoridade para celebrar o casamento entre duas pessoas, como sucede também noutros países nórdicos. Contudo, só as autoridades civis podem registar as uniões de pessoas do mesmo sexo. Os gays pretendem agora que seja aprovada legislação que altere esta situação, mas o parlamento não conseguiu chegar a acordo nesta questão, sobretudo devido à oposição da Igreja de Estado Luterana, que está também dividida nesta matéria. Isto não limita de forma alguma os direitos dos casais de pessoas do mesmo sexo, mas para muitas pessoas é importante que a sua união seja abençoada pela sua Igreja. A luta não acabará até que as Igrejas e grupos religiosos gozem de autoridade para abençoar as uniões de lésbicas e gays, conferindo-lhes plenos direitos jurídicos ao mesmo tempo.

A bem sucedida luta pelo reconhecimento dos direitos de gays e lésbicas na Islândia

Em apenas 30 anos, as atitudes relativamente a gays e lésbicas na Islândia transformaram-se completamente. Sondagens internacionais revelam que actualmente há mais pessoas a apoiar os direitos de gays e lésbicas na Islândia do que em outros países, à excepção da Suécia e da Holanda. A violência contra homossexuais é coisa do passado, as crianças de casais de gays e lésbicas gozam de plenos direitos em matéria de Segurança Social e o assédio no local de trabalho tornou-se raro. Na segunda semana de Agosto de cada ano, gays e lésbicas ocupam as ruas em Reiquiavique, numa Marcha do Orgulho gay que junta cerca de 40 000 pessoas, um terço de toda a população da capital islandesa, que manifesta o seu apoio aos direitos humanos e à igualdade para todos.

Reino Unido: Casal de pessoas do mesmo sexo perde processo judicial para ver reconhecido o casamento homossexual

Fonte: Comunicado de imprensa da Liberty, 31 de Julho de 2006, www.liberty-human-rights.org.uk

Um casal de lésbicas, Celia Kitzinger e Sue Wilkinson, viu hoje ser-lhe negado o reconhecimento do casamento que celebraram no Canadá, no primeiro caso desta natureza a ser apreciado no Reino Unido. Elas dispenderam as poupanças de toda a sua vida para intentarem este importante processo legal.

O tribunal considerou que o seu direito à vida privada não obriga o Estado a reconhecer o casamento que celebraram. Para além disso, o tribunal concluiu que o direito à vida familiar não abrange casais sem filhos. Embora o tribunal tenha entendido que o casal tinha sido vítima de discriminação no tocante ao seu direito a contrair matrimónio com a pessoa da sua escolha, considerou, contudo, que esta discriminação se justificava para proteger a noção tradicional do casamento como uma união entre um homem e uma mulher, com vista, primariamente, à geração de filhos.

Sue Wilkinson afirmou: «Estamos profundamente desapontadas pela decisão hoje tornada pública – não apenas por nós mas igualmente por todos os casais de pessoas do mesmo sexo a nível nacional. Negar a validade do nosso casamento reitera a discriminação e a desigualdade. Esta decisão não sobreviverá ao julgamento da história e nós aguardamos com ansiedade odia em que será reconhecida, aos casais de pessoas do mesmo sexo, a plena igualdade no tocante ao matrimónio».

A responsável pelo departamento jurídico da *Liberty*, Joanne Sawyer, afirmou: «Celia and Sue deram corajosamente o primeiro passo no caminho para assegurar a igualdade de direitos em matéria de casamento para os casais de pessoas do mesmo sexo. Não tenho dúvidas que a decisão de hoje irá, a seu tempo, ser considerada desfasada dos valores contemporâneos».

Noruega: Banco de esperma de Oslo rejeita gays

Fonte: UPI, 8 de Agosto de 2006, www.upi.com/NewsTrack/view.php?StoryID=20060808-122208-9714r

Um dos dois bancos de esperma da Noruega lançou uma campanha de recrutamento de dadores, mas deixou claro que os homossexuais não são bem vindos.

O banco de esperma do *Rikshospitalet* foi gravemente prejudicado por uma nova lei que permite às crianças geradas com esperma doado conhecer a identidade do seu progenitor quando perfizerem os 18 anos de idade, uma possibilidade que fez com que muitos homens se sentissem relutantes em doar esperma. O jornal *Dagsavisen* relata que o banco está longe de atingir o seu objectivo de duplicar o número de dadores todos os anos.

«A principal motivação para o dador deve ser o desejo de ajudar outros, e não, por exemplo, doar esperma para espalhar os seus próprios genes», afirmou Peter Fedorcsak, o responsável pelo banco de esperma, explicando a razão pela qual põe em causa as motivações dos dadores homossexuais.

O outro banco de esperma nacional da Noruega não se preocupa com a identidade sexual dos dadores.

«Nós queremos esperma de todos os grupos de homens noruegueses», disse Eva Bakke, responsável operacional do banco de esperma *Haugesund*. «Alguns homens são homossexuais, portanto isso não tem problema».

TRANSSEXUALIDADE:

Áustria segue a jurisprudência do Tribunal Europeu em processo envolvendo um transsexual

Por Kurt Krickler, 16 de Agosto 2006

Nos últimos 25 anos o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, desenvolveu uma considerável jurisprudência em matéria de transsexualidade, reconhecendo, designadamente, o direito da pessoa a ver reconhecido o seu «novo» sexo após a sujeição a cirurgia de mudança de sexo, e a lograr a alteração de registos públicos, tal como o seu assento de nascimento, e documentos oficiais, como as certidões de nascimento ou os bilhetes de identidade.

Em Junho de 2006, o Tribunal Constitucional austríaco teve de decidir um caso em que as autoridades haviam recusado a alteração do assento de nascimento do requerente após a realização de uma cirurgia de mudança de sexo porque o transsexual masculino em questão ainda era casado com outra mulher. Uma vez que não existe qualquer lei sobre a matéria na Áustria, o Ministério da Administração Interna vem tratando estes casos por via de decretos. O «decreto sobre transsexuais», de 1996, estabelece que a alteração do sexo constante do assento de nascimento só poderá ocorrer caso a pessoa não seja casada – de modo a evitar os casamentos de pessoas do mesmo sexo, que são proibidos pela Lei Matrimonial austríaca. Na prática, uma operação de mudança de sexo não pode ser realizada na Áustria se a pessoa ainda for casada. Mas se a cirurgia for realizada no estrangeiro isso escapará, naturalmente, ao controlo das autoridades austríacas.

O Tribunal Constitucional não podia ignorar a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e teve, por isso, que decidir a favor da requerente, concluindo que o seu novo sexo deverá ser reconhecido, que o seu assento de nascimento tem de ser alterado e, conseqüentemente, que o seu nome e os seus documentos pessoais deverão ser correspondentemente modificados. Contudo, o Tribunal baseou a sua decisão exclusivamente em razões formais. Considerou, simplesmente, nulos os pertinentes parágrafos do decreto aplicável porque o Ministério não tinha publicado tal diploma no jornal oficial de forma adequada. Para além disso, o Tribunal considerou que a disposição que considera que o casamento constitui um impedimento à rectificação do sexo no assento de nascimento não tinha qualquer base na Lei sobre o Estatuto da Pessoa, dando a entender que o Ministério tinha exorbitado das suas competências, usurpando o poder legislativo. O Tribunal sublinhou que a recusa em alterar o sexo no assento de nascimento não poderia evitar que o casamento se tornasse um casamento de pessoas do mesmo sexo uma vez que a requerente tinha criado um *fait accompli*, ao submeter-se à cirurgia.

O Tribunal, porém, recusou-se explicitamente a tomar posição sobre se o reconhecimento do novo sexo da requerente tornaria o casamento inválido (como sucederia actualmente se o casal fosse formado por duas pessoas do mesmo sexo) ou se este reconhecimento tornaria a dissolução do casamento por iniciativa das autoridades possível ou, mesmo, necessária. O Tribunal evitou igualmente decidir se a proibição dos casamentos de pessoas do mesmo sexo, constante da Lei sobre o Matrimónio, é inconstitucional, ou constitui uma violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Teria sido uma grande surpresa se o Tribunal tivesse tomado essa decisão, até porque recentemente, em Dezembro de 2003, o Tribunal decidiu, num processo onde se discutia esta proibição do casamento de pessoas do

mesmo sexo, que tal não violava a Constituição. Este caso, que tinha o apoio da *HOSI Wien*, está agora pendente no Tribunal de Estrasburgo desde Agosto de 2004.

Esta decisão do Tribunal Constitucional não terá qualquer impacto na legislação matrimonial da Áustria, embora passem a ser permitidos os casamentos de pessoas do mesmo sexo quando um dos membros do casal se sujeite a uma cirurgia de mudança do sexo. Evidentemente, as autoridades e os políticos resolveram adoptar uma abordagem «pragmática» ao problema. Responsáveis dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça já anunciaram que não iriam tentar anular este casamento de pessoas do mesmo sexo oficiosamente, porque isso iria atrair demasiadas críticas, especialmente no caso da pessoa que venceu o processo. Ela e a sua companheira têm um casamento feliz, têm dois filhos e recusam-se a divorciar-se. As autoridades sabem perfeitamente que só em alguns casos um casal decidirá continuar unido pelo matrimónio se um dos seus membros se submeter a uma operação de mudança do sexo. Elas sabem, ainda, que estas circunstâncias não criam um precedente para que duas mulheres ou dois homens exijam casar-se sem que um deles se submeta a uma operação de mudança do sexo previamente.

Lituânia: Transsexuais defendem os seus direitos

Pela Liga Gay Lituana, 7 de Agosto de 2006

Uma jovem mulher que deseja submeter-se a uma operação de mudança de sexo apresentou uma queixa junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem contra a Lituânia e foi convidada a apresentar as suas razões de queixa contra o governo durante uma audiência pública que decorrerá em Estrasburgo no próximo dia 17 de Outubro. Ela terá ainda que fundamentar o pedido de indemnização, no montante de 1 milhão de listas (290 000 euros), que apresentou contra o seu país. O Tribunal de Estrasburgo recebeu a queixa apresentada pela mulher, que entende que deveria ser do sexo oposto, há um ano. Na sua queixa a cidadã lituana afirma que consultou vários micro-cirurgiões para discutir a possibilidade de ser sujeita a uma operação para mudar o seu sexo, e que foi remetida, por várias vezes, para consultas de psiquiatria. Os médicos do Hospital Psiquiátrico de Vilnius concluíram que ela é transsexual e que deveria ser sujeita a cirurgia de mudança de sexo. Este é o segundo caso na história da Lituânia em que o Ministério da Justiça, que representa o Governo junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, terá de apresentar a sua posição oralmente.

Actualmente, na Lituânia não é possível a um transsexual alterar o seu sexo nos registos públicos. A possibilidade de alterar o nome é muito limitada. É possível alterar o nome de uma pessoa para um nome próprio neutro quanto ao género, mas apenas no que tange a pessoas que não sejam casadas. Embora o direito básico a mudar o sexo esteja consagrado no artigo 2.27 do Código Civil lituano, tem-se entendido que este artigo não está em vigor porque ainda não existe qualquer legislação sobre a mudança de sexo.

Recentemente, o principal jornal diário do país, o *Lietuvos rytas*, publicou na sua primeira página a história da transsexual Medea, de 46 anos de idade, que luta para ultrapassar os obstáculos burocráticos e alterar o seu sexo biológico. Com o apoio da Liga Gay Lituana, foi enviada uma carta à Presidente do país. Nela pede-se à Presidente que, no exercício dos seus poderes legislativos, convoque uma audição pública no parlamento sobre a legislação de mudança de sexo, na sessão de Outono.

LIBERDADE DE REUNIÃO:

Marcha do Orgulho LGBT proibida em Riga, manifestação autorizada rodeada de violência e ódio

Conheça os factos, relatos detalhados e histórias pessoais e veja imagens da manifestação de Riga no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/guide/country_by_country/latvia/riga_pride_2006.

Marcha do Orgulho LGBT proibida em Bursa:

Leia um comunicado de imprensa emitido pela Rainbow Association for Protecting Transvestites, Transsexuals, Gays and Lesbians, Solidarity and Development of Cultural Activities no nosso *website*: www.ilgaeurope.org/europe/guide/country_by_country/turkey/our_legal_march_has_been_suspended_with_the_reason_of_an_illegal_aggressive_protest.

Marcha do Orgulho LGBT de Talin autorizada mas atacada por skinheads; seis pessoas pelo menos ficaram feridas

Conheça os detalhes no nosso *website*:

www.ilga-europe.org/europe/guide/country_by_country/estonia/tallinn_pride_2006.

Conferência da EPOA realiza-se em Madrid, em Outubro de 2006

Por Kurt Krickler, 16 de Agosto de 2006

A conferência deste ano da EPOA, *European Pride Organisers Association* [Associação Europeia dos Organizadores de Marchas do Orgulho], realiza-se em Madrid, a cidade onde decorrerá o *EuroPride* do próximo ano, nos dias 6 a 8 de Outubro. Atendendo ao crescente número de incidentes hostis e violentos ocorridos durante a realização de Marchas do Orgulho em alguns países, e ainda à diminuição do interesse das comunidades LGBT nestes eventos que se verifica noutras cidades, a EPOA convida os organizadores de Marchas do Orgulho na Europa a tornarem-se membros da EPOA e a participarem na sua conferência. Esta será uma excelente oportunidade para a partilha de informações e ideias sobre

como organizar uma Marcha do Orgulho bem sucedida, discutir as actuais tendências e analisar a forma de tornar as Marchas do Orgulho eventos atraentes para a comunidade.

A conferência da EPOA constitui o fórum perfeito para que os organizadores de Marchas do Orgulho possam conhecer-se e estabelecer parcerias, por exemplo, entre os organizadores de Marchas do Orgulho com mais sucesso e aqueles que enfrentam um ambiente hostil. A conferência decidirá igualmente qual será a cidade anfitriã do *EuroPride* de 2009. A cidade para o EuroPride de 2008 (Estocolmo) foi escolhida no ano passado.

Para mais informações, contactar:

European Pride Organisers Association (EPOA)
Kleiststraße 35
10787 Berlin
Alemanha

Telefone: +49-30-23 62 65 21

Fax: +49-30-23 62 96 51

outreach@europride.info

www.europride.info



CRIMES FUNDADOS NO ÓDIO:

Reino Unido: Muitos crimes fundados no ódio «não são denunciados»

Fonte: BBC, 16 de Agosto de 2006, http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4795907.stm

A *Victim Support* concluiu que as 107 vítimas de crimes fundados no ódio que entrevistou temem recorrer aos tribunais e ser objecto de ataques retaliatórios. Das que apresentaram queixa pelo crime de que foram vítimas, apenas um em cada cinco sentiam que tinham recebido apoio adequado da polícia, afirmou a organização. Um porta-voz da Associação de Chefes da Polícia afirmou que as investigações relativas a crimes fundados no ódio recebiam prioridade total.

Paul Fawcett, da *Victim Support*, afirmou: «A publicação do relatório sublinhou a invisibilidade do problema. O crime fundado no ódio é um indicador muito claro de uma sociedade desestabilizada. Nós temos de ter cuidado para não demonizar as pessoas».

O relatório, intitulado «Crime e Preconceito», centra-se nas experiências e nas necessidades de apoio das pessoas que foram objecto de ataques devido à sua origem étnica e à sua orientação sexual. Ele refere que a pesquisa revelou indícios de que a polícia adopta uma atitude de «não há nada que possamos fazer» em relação ao assédio de baixa intensidade. As vítimas desejavam que a polícia fosse «mais comunicativa» e «mais compreensiva e que levasse o crime fundado no ódio a sério».

Outra queixa frequente foi a de falta de actuação da polícia, quer para ajudar a resolver os problemas quer para perseguir o autor do crime. Os agentes policiais foram ainda criticados por não manterem as vítimas devidamente informadas acerca da evolução dos seus casos. O Sr. Fawcett acrescentou: «As vítimas de crimes fundados no ódio podem sentir-se isoladas na comunidade em que vivem, por exemplo se forem objecto de ataques por serem lésbicas ou gays, ou podem sentir-se isoladas devido à língua e à cultura se estiverem em Inglaterra e forem oriundas de outros países. As conclusões do estudo são preocupantes e desapontadoras. Ficamos desapontados pelo nível de recursos que são utilizados na resolução deste problema escondido».

Mas em situações em que a polícia tinha sido devidamente preparada para enfrentar os crimes fundados no ódio verificou-se algum sucesso, acrescentou ele. O relatório sublinha que nos casos em que as vítimas foram atendidas por agentes policiais especializados, estes foram vistos como a principal fonte de apoio. Os investigadores pedem um maior investimento na promoção de serviços dirigidos a comunidades em risco e uma maior compreensão por parte da polícia e dos serviços do Ministério Público na resposta às necessidades das vítimas. Recomendam ainda que o crime fundado no ódio seja objecto de registo mais adequado.

O Ministério da Administração Interna afirmou que pretende «maiores progressos na investigação e acusação dos crimes fundados no ódio». Um porta-voz afirmou: «Estamos empenhados em acabar com o crime fundado no ódio em todas as suas formas. O insucesso em lidar com o crime fundado no ódio mina a confiança no sistema de justiça criminal e pode acarretar medo para todas as comunidades».

«Prioridade elevada»

«Nós queremos que as pessoas confiem em que quando denunciam crimes serão tomadas medidas». Ele disse que o Ministério da Administração Interna estava a ponderar a possibilidade de serem introduzidos de esquemas que tornem mais fácil às vítimas de crimes fundados no ódio a sua respectiva denúncia. As ideias em estudo incluem a possibilidade de a denúncia ser apresentada por outras pessoas e a criação de uma linha de apoio, que funcione 24 horas por dia, para a denúncia de crime fundados no ódio.

Peter Fahy, da Associação de Chefes da Polícia, afirmou: «A taxa de sucesso na investigação de crimes fundados no ódio é superior à dos crimes em geral, e houve um aumento significativo no número de acusações bem sucedidas por crimes raciais e religiosos. As investigações relativas a crimes fundados no ódio têm uma prioridade elevada e a polícia não pede desculpas por isto ser assim».

O estudo foi elaborado no âmbito de um programa de investigação de £ 100 000 financiado pela *Co-operative Insurance (CIS)*.

BREVES:

Apareça num video sobre a última Conferência da ILGA Mundial

Por Yves De Matteis, 8 de Agosto de 2006

Estão a ser preparados vídeos da última Conferência Mundial da ILGA, que teve lugar em Genebra, entre os dias 27 de Março e 3 de Abril. Isto permitirá que todas as pessoas que não puderam estar presentes na Conferência possam ver o filme da maior parte das sessões plenárias do evento. Será naturalmente necessária a autorização dos oradores que participaram, de forma a proteger a sua privacidade ou anonimato.

A produção dos videos, bem como os custos ligados à mesma, exigirá fundos adicionais. Enviando um donativo – a partir de 200 € – as fundações ou organizações poderão assegurar a inclusão do seu logótipo no princípio e fim dos vídeos, que tocam matérias tão diversas como a religião, a saúde de LGBT, as questões relativas à transsexualidade, os movimentos LGBT africanos, a cooperação internacional e os direitos de LGBT e a ONU, envolvendo oradores que vão desde activistas LGBT ou de ONG a deputados ou peritos em diversas matérias.

A atribuição de espaço aos doadores será limitada – para assegurar maior visibilidade – e os primeiros que efectuarem ofertas serão os escolhidos. Quando os custos se mostrarem integralmente cobertos, o dinheiro que sobrar reverterá a favor da ILGA, prioritariamente para financiamento dos subsídios a atribuir com vista à participação nas próximas Conferências da ILGA, incluindo a 24.ª Conferência Mundial da ILGA no Quebec, e a 25.ª em Moscovo.

Se estiver interessado em colaborar, ou quiser saber mais acerca dos videos que estão disponíveis, contacte-nos: information@ilga.org.

Convite à apresentação de comunicações – 3.ª Conferência global: Sexo e Sexualidade – Explorar as Questões Fundamentais

De Quarta-feira, 29 de Novembro a Sábado, 2 de Dezembro de 2006
Cracóvia, Polónia

Esta conferência de investigadores pretende analisar as questões da sexualidade num amplo âmbito de perspectivas críticas e culturais. Com vista a encorajar diálogos inovadores, interdisciplinares e multidisciplinares, aceitaremos de muito bom grado comunicações respeitantes a várias disciplinas, designadamente (mas não exclusivamente), dos domínios da antropologia, estudos culturais, educação, estudos de género, história, direito, literatura, medicina, psicologia, religião, sociologia e serviço social.

Gostaríamos ainda de receber trabalhos de activistas *queer* e profissionais integrados em organizações não comerciais e não governamentais.

Aceitaremos comunicações em temas relacionados. Sumários de até 300 palavras deverão ser apresentados até sexta-feira, 22 de Setembro de 2006. O texto integral das comunicações deve ser apresentado até sexta-feira, 17 de Novembro de 2006.

Todas as comunicações que forem aceites e venham a ser apresentadas na conferência serão coligidas num ebook ISBN. As comunicações que forem aceites, sejam apresentadas na conferência e sejam escolhidas para o efeito, serão publicadas numa edição temática em papel.

As comunicações deverão ser enviadas à Comissão Organizadora por e-mail, num anexo em formato *Word* ou *WordPerfect*; os sumários poderão ser incluídos no próprio texto do e-mail, ao invés de serem enviados como anexos.

Margaret Breen
Departamento de Inglês,
Universidade do Connecticut,
Storrs, CT, USA
e-mail: margaret.breen@uconn.edu

Rob Fisher
Inter-Disciplinary.Net,
Freeland, Oxfordshire, UK
e-mail: sas3@inter-disciplinary.net

A conferência pretende reunir gente de diferentes contextos, disciplinas académicas, profissões e interesses, para que partilhem ideias e explorem várias discussões inovadoras e excitantes.

Para mais detalhes sobre a Conferência, visite por favor:
www.inter-disciplinary.net/ci/sexuality/s3/cfp.html

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 133 (Agosto de 2006) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

Abreviaturas comumente utilizadas no texto: *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);